

Pedido Esclarecimento

licitacao@ubirata.pr.gov.br

De: "Analice Wosniak" <Licitacao3@zagonel.com.br>
Data: segunda-feira, 18 de abril de 2022 10:17
Para: <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Assunto: Pedido de Esclarecimento PE 46/2022
Bom dia Prezados(as),

Vimos através deste solicitar um pedido de esclarecimento referente ao processo licitatório em referência.

Ao fazer uma análise das características das luminárias públicas de LED é possível identificar que o processo de fabricação das mesmas seja através de alumínio injetado e não qualquer outro tipo de processo fabril. Existem no mercado diversas luminárias que possuem outro tipo de construção da luminária, como por exemplo a construção através de alumínio extrusado.

Neste sentido, para que não haja o cerceamento da competitividade e da ampla concorrência do certame, indagamos se será aceita a participação de empresas que possuem luminárias com Fabricação em alumínio extrusado?

Sendo o que se apresentava para o momento, ficamos no aguardo do esclarecimento quanto aos pontos acima elencados.

Atenciosamente.

Analice Wosniak
Dpto. de Iluminação Pública

+55 (49) 3366-6000
+55 (49) 98827-9482
www.zagonel.com.br

ZagoneL
Tecnologia eficiente

@eletrozagonel

Resposta Esclarecimento

licitacao@ubirata.pr.gov.br

De: <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Data: terça-feira, 19 de abril de 2022 17:44
Para: <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Assunto: Re: Pedido de Esclarecimento PE 46/2022

boa tarde,

Conforme consta em edital o fornecimento deverá atender as especificações do item, tendo em vista que várias empresas fornecem esse tipo de produto dessa forma o municipio não está restringindo a competitividade.

From: licitacao@ubirata.pr.gov.br
Sent: Monday, April 18, 2022 10:38 AM
To: [Analice Wosniak](#)
Subject: Re: Pedido de Esclarecimento PE 46/2022

bom dia,

Irei passar as informações para setor demandante e assim que obter a resposta lhe envio.

Divisão de Licitação.

From: [Analice Wosniak](#)
Sent: Monday, April 18, 2022 10:17 AM
To: licitacao@ubirata.pr.gov.br
Subject: Pedido de Esclarecimento PE 46/2022

Bom dia Prezados(as),

Vimos através deste solicitar um pedido de esclarecimento referente ao processo licitatório em referência.

Ao fazer uma análise das características das luminárias públicas de LED é possível identificar que o processo de fabricação das mesmas seja através de alumínio injetado e não qualquer outro tipo de processo fabril. Existem no mercado diversas luminárias que possuem outro tipo de construção da luminária, como por exemplo a construção através de alumínio extrusado.

Neste sentido, para que não haja o cerceamento da competitividade e da ampla concorrência do certame, indagamos se será aceita a participação de empresas que possuem luminárias com Fabricação em alumínio extrusado?

Sendo o que se apresentava para o momento, ficamos no aguardo do esclarecimento quanto aos pontos acima elencados.

Atenciosamente,

licitacao@ubirata.pr.gov.br

De: <licitacao@fluxxled.com.br>
Data: segunda-feira, 18 de abril de 2022 12:53
Para: <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022
Boa tarde, prezados(as)!

Com interesse de participar do pregão eletrônico nº46/2022, segue os questionamentos abaixo:

1- PRAZO DE ENTREGA

O Edital está solicitando, que a entrega dos produtos seja no prazo máximo de 02 (DOIS) dias, após solicitação do órgão.

Vejamos que se trata da fabricação de equipamento de alta complexidade, como é o caso, torna-se impossível a entrega no prazo de 02 (DOIS) dias, pois não são produtos de "prateleira" e exigem alto grau de criticidade na fabricação, tendo em vista que os componentes eletrônicos da luminária são em sua maioria importados, produtos específicos para diferentes situações de aplicação, tratando-se de empresas nacionais ou importadoras, fora a logística de uma cidade para outra.

Entendemos que os itens 1 E 2 de Luminárias Públicas de Led, a entrega seja de até 30 dias, está correto nosso entendimento?

2- TCC

Solicitação do Edital:

Temperatura de Cor Correlata (TCC): Valor mínimo de 3710 K e o Valor máximo de 4260 K.




Vejamos:

Temperaturas recomendadas pela ABILUX (Associação Brasileira da Indústria de Iluminação), https://www.abilux.com.br/docs/abilux_cartilha_2017.pdf, em observação as recomendações citadas, e com uma simples consulta ao INMETRO podemos verificar as temperaturas utilizadas pela maioria de fabricantes de Luminárias de Led homologadas, que são 4.000k e 5.000k.

Além do mais quanto mais alto for o valor da temperatura de cor, mais branca será a luz emitida, denominada comumente de "luz fria" e que é utilizada, por exemplo, em ambientes de trabalho, e vias públicas pois induz maior atividade ao ser humano. No entanto, caso seja baixa a temperatura de cor, a luz será mais amarelada, proporcionando uma maior sensação de conforto e relaxamento, chamada popularmente de "luz quente", utilizada preferencialmente em ambientes relaxantes, que não seria o caso em iluminação de via pública.

Visando o atendimento a competitividade do certame, atendendo a intenção de adquirir luminárias que possuam "tonalidade branca", conforme pode se verificar na imagem abaixo:

Tabela 1 – Temperatura de cor.

Temperatura de cor (K)	Aparência	
<3300	Quente (branco alaranjado)	
De 3300 a 5000	Intermediária (branco)	
>5000	Fria (branco azulado)	

Fonte: adaptado de Indai (2011).

Ou seja, entendemos que vai ser aceito Temperatura de Cor entre 4000K e 5000K, pois a aceitação não irá interferir em nada no projeto, sendo que a diferença de cor é imperceptível a olho nu, e ainda trará mais participantes ao certame, está correto nosso entendimento?

Assim a Prefeitura alcançará seus objetivos, ou seja, com produtos de alta qualidade, com o preço justo. No aguardo pronunciamento.

3- FATOR DE POTÊNCIA

O edital está solicitando que as luminárias tenham um fator de potência superior a 0,98.

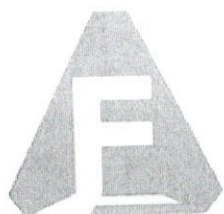
1- Portanto serão aceitas as luminárias públicas devidamente registradas no órgão Portaria nº 20 do INMETRO, conforme Resolução Normativo do ANEEL nº 569, de 23 de julho de 2013, com fator de potência acima de 0,95(que já é superior a norma)?

Ou por gentileza que a Prefeitura justifique de forma técnica e devidamente justificada, pois não vejo nenhuma explicação da solicitação do fator de potência tão acima do estabelecido pelo inmetro, pois em sua grande maioria as empresas de iluminação em LED possuem FP 0,95 e seguem as normas estabelecidas para a certificação de seu produto.

Aguardo considerações.

Grata,

Victoria Gonçalves de Borba – Auxiliar de Licitações



FLUXXOLED
LIGHTING ENERGY

licitacao@ubirata.pr.gov.br

De: <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
 Data: terça-feira, 19 de abril de 2022 17:37
 Para: <licitacao@fluxxoled.com.br>
 Assunto: Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022
 Prezado, boa tarde.

Segue resposta ao questionamento realizado.

Referente ao prazo conforme consta em edital 02 dias úteis para entrega.

Conforme portaria 20 do INMETRO:

A.5.4 Fator de potência

A.5.4.1 O fator de potência medido não deverá ser inferior a 0,92.

Tendo em vista que no edital está solicitando alto fator de potência, igual ou superior a 0,98. Sendo condizente a portaria 20 do INMETRO, não sendo inferior a 0,92.

Temperatura da cor:

Sobre a cor, foi pedido em edital valor mínimo de 3.710 a 4260. Conforme tabela da portaria 20 do INMETRO, mais especificamente na 4ª linha da tabela, o fornecimento deverá ocorrer 3710 a 4260k. Sendo condizente com a portaria 20 do INMETRO.

Tabela 4 – Temperatura de Cor Correlata

Temperatura de cor (K)		
Valor Mínimo	Valor Declarado	Valor Máximo
2 580	2 700	2 870
2 870	3 000	3 220
3 220	3 500	3 710
3 710	4 000	4 260
4 260	4 500	4 746
4 746	5 000	5 312
5 312	5 700	6 022
6 022	6 500	7 042
TCC Flexível (2800-5600K)	$TF \pm \Delta T$	
1) TF deve ser escolhido em passos de 100 K (2 800, 2 900, ..., 6 400 K), excluindo os valores nominais da TCC listados acima. 2) ΔT deve ser calculado por $\Delta T = 1,1900 \times 10^{-8} \times T^3 - 1,5434 \times 10^{-4} \times T^2 + 0,7168 \times T - 902,55$		

From: licitacao@fluxxoled.com.br

Sent: Monday, April 18, 2022 12:53 PM

To: licitacao@ubirata.pr.gov.br

Subject: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022

Boa tarde, prezados(as)!

Com interesse de participar do pregão eletrônico nº 46/2022, segue os questionamentos abaixo:

1- PRAZO DE ENTREGA

** Pedido Escrowamento **

licitacao@ubirata.pr.gov.br

De: <vendas15@kabenko.com.br>
Data: segunda-feira, 18 de abril de 2022 16:25
Para: <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Assunto: QUESTIONAMENTO - PE Nº 046/2022
AO

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE UBIATÁ

ASSUNTO: QUESTIONAMENTO - PRAZO DE ENTREGA 02 DIAS

Prezado Senhor

Prazo de 02 dias para entrega dos produtos:

A maior parte dos editais que visam a aquisição de luminárias públicas LED, estipula um prazo de entrega de 20 dias úteis.

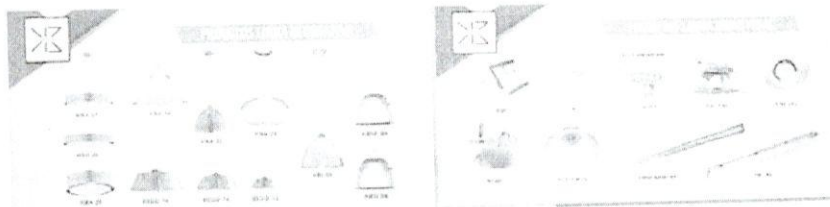
Tal qual diz respeito ao tempo necessário para que haja o recebimento da autorização, que seja encaminhado ao setor de expedição e posterior deslocamento até o endereço de entrega final.

Considerando que as fabricas nem sempre estão localizadas nas proximidades do município licitante, o prazo de 02 dias só poderia ser atendido pelos licitantes localizados as proximidades, o que não é o nosso caso, nossa fábrica fica localizada em Guarulhos – SP, portanto prazo impossível de atender.

Podemos considerar a entrega em até 20 dias

Ficamos no aguardo de uma resposta o mais breve possível

Att.,



KABENKO IMP. EXP. DE PRODUTOS EM GERAL – FABRICANTE DE LUMINARIAS COM TECNOLOGIA LED

Jose Claudio – Comercial

Fone: (11) 2598-8006 99979-9659
e-mail: vendas15@kabenko.com.br
site: www.kabenko.com.br

** Resposta Escrita **

licitacao@ubirata.pr.gov.br

De: <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Data: terça-feira, 19 de abril de 2022 17:46
Para: <vendas15@kabenko.com.br>
Assunto: Re: QUESTIONAMENTO - PE Nº 046/2022

Prezado, boa tarde!

Referente ao prazo conforme consta em edital 02 dias úteis para entrega.

Divisão de Licitação.

From: vendas15@kabenko.com.br
Sent: Monday, April 18, 2022 4:25 PM
To: licitacao@ubirata.pr.gov.br
Subject: QUESTIONAMENTO - PE Nº 046/2022

AO

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE UBIRATÁ,

ASSUNTO: QUESTIONAMENTO - PRAZO DE ENTREGA 02 DIAS

Prezado Senhor

Prazo de 02 dias para entrega dos produtos:

A maior parte dos editais que visam a aquisição de luminárias públicas LED, estipula um prazo de entrega de 20 dias úteis.

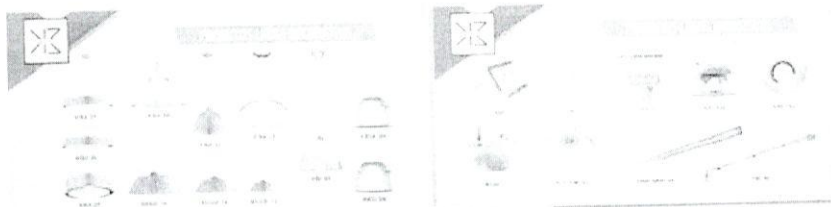
Tal qual diz respeito ao tempo necessário para que haja o recebimento da autorização, que seja encaminhado ao setor de expedição e posterior deslocamento até o endereço de entrega final.

Considerando que as fábricas nem sempre estão localizadas nas proximidades do município licitante, o prazo de 02 dias não poderia ser atendido pelos licitantes localizados nas proximidades, o que não é o nosso caso, nossa fábrica fica localizada em Guarulhos - SP, portanto prazo impossível de atender.

Podemos considerar a entrega em até 20 dias

Ficamos no aguardo de uma resposta o mais breve possível

Att.,



KABENKO IMP. EXP. DE PRODUTOS EM GERAL - FABRICANTE DE LUMINARIAS COM TECNOLOGIA LED

Jose Claudio - Comercial

Fone: (11) 2598-8006 99979-9659
e-mail: vendas15@kabenko.com.br
site: www.kabenko.com.br

19/04/2022

ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) OFICIAL DO MUNICÍPIO DE UBIATÁ DO ESTADO DE
PARANÁ

IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5608/2022

A empresa D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita sob o CNPJ n. 38.874.848/0001-12, situada à Rua João Bizzo, 10 – Galpão 01 e 03, LOTEAMENTO PARQUE EMPRESARIAL ADELMO CORRADINI, CEP 13.257-595 cidade de Itatiba/SP, vem através da presente, mui respeitosamente, com fulcro no inciso art. 41 § 1º da Lei 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046 /2022, pelos fatos e direitos a seguir aduzidos

I - DA TEMPESTIVIDADE

Consoante o art. 12 do Decreto 3.555/2000, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar a licitação em até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. A data para recebimento das propostas fixadas no Edital é até 25/04/2022, portanto, tempestiva a presente impugnação.

No Edital consta que:

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@ubirata.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

II - OBJETO DA LICITAÇÃO

O Pregão Eletrônico em referência tem por objeto é ***"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme solicitação da Secretaria de Serviços Urbanos."***

A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discrepância do rito estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93 (com alterações posteriores) e na Lei Federal nº 10.520/02, quer por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

Pretende também apontar situações que devem ser esclarecidas, facilitando-se a compreensão de determinadas cláusulas e evitando-se interpretações equivocadas.

III - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente impugnação tem como embasamento a Portaria 20 do Inmetro, as Orientações Gerais para usuários sobre luminárias LED para Iluminação Pública da ABILUX (Associação Brasileira da Indústria de Iluminação), NBR IEC-60598-1: Requisitos Gerais e Ensaios, NBR-15129:2012- Luminárias para Iluminação Pública e NBR-5101:2012- Iluminação Pública Procedimento (Classificação), LM-80, LM-79 e TM-21 do LED, Normas SAE ou ABNT NBR 6834, entre outros.

Portanto, é um documento além de jurídico, técnico, possui informações relevantes sobre as especificações de Luminárias LED, de forma que pretendemos não apenas impugnar, mas também orientar o Município sobre os requisitos técnicos de uma luminária de forma a garantir a competitividade do certame, a igualdade de competição entre as empresas, e a menor onerosidade do certame, garantido assim que o Município não tenha prejuízos por conta de uma especificação duvidosa, obscura e contraditória.

IV – VIDA ÚTIL DO LED

Em análise ao Edital, notamos no descritivo dos itens de LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA LED, (01 e 02), que há exigência de vida útil mínima do LED de 70.000 horas:

EXEMPLO: Luminária pública de LED com potência máxima de 180W - bivolt automática, alto fator de potência, igual ou superior a 0,98, protetor contra surtos de 10kv/10ka, grau de proteção mínimo ip66 do produto, proteção contra impactos mecânicos mínimo ik08, fluxo luminoso efetivo maior ou igual de 27.000lm, e eficiência energética maior ou igual 150 lm/w, estrutura em alumínio injetado com pintura eletrostática, sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm. **LED com vida útil igual ou superior a 70.000 HS** (l70) sistema de aterramento: temperatura média de cor de 3710 a 4260k

Como é sabido, as luminárias públicas de LED devem ser produzidas/fabricadas em conformidade com a Portaria 20 do INMETRO. Ocorre que, a condição da vida útil de no mínimo 70.000 horas encontra-se em desacordo com as normativas da referida portaria, que por sua vez, determina mínimo de 50.000 horas para o atendimento deste requisito, conforme vê-se:

Tabela 7 – Requisitos de manutenção de fluxo luminoso para a luminária com tecnologia LED

Vida nominal declarada	Manutenção do fluxo luminoso mínima a 6 000 h
50 000 h	95,8 %

B.6.3.2 A conformidade deste item é verificada se a temperatura medida de (tc) for menor ou igual ao valor de temperatura garantida e especificada pelo fabricante do controlador de LED que garanta uma expectativa de vida mínima de 50 000 h.

(dados retirados da Portaria 20/2017 do INMETRO)

Referida portaria também regulamenta que, em atendimento à L70, a perda da luminosidade do LED poderá ocorrer após o mínimo de 50.000 horas de atividade, e não deve ser inferior à 70% de sua totalidade. Logo, após este funcionamento o LED não perde mais do que 30% de sua luminosidade. Portanto, a justificativa de que a vida útil proporcionará ao município uma reposição em um tempo mais longo, reduzindo os custos com substituição das mesmas, ficando mais vantajoso para o município NÃO DEVE PROSPERAR!

Tabela 6 – Opção 1 TM-21 Requisitos de Manutenção de Fluxo Luminoso Projetado

Ponto final projetado	Manutenção de fluxo exigido para produtos de 50 000 h
36 000 h	≥ 77,35 %
38 500 h	≥ 75,98 %
42 000 h	≥ 74,11 %
44 000 h	≥ 73,06 %
48 000 h	≥ 71,01 %
49 500 h	≥ 70,25 %
50 000 h	≥ 70,00 %

(dados retirados da Portaria 20/2017 do INMETRO)

Diante do que foi apontado, se faz de suma importância a realização da alteração da vida útil do LED para 50.000 horas, ou, à partir de 50.000 horas. Tal modificação visa o atendimento ao disciplinado na norma regulamentadora e aos princípios que norteiam o procedimento licitatório.

O que deve ser levado em consideração na presente impugnação é que os vícios apresentados devem ser sanados, de forma a garantir, que o MÁXIMO DE EMPRESAS possa participar do processo licitatório e futuramente fornecer ao Município. Excluindo assim, as exigências cerceadoras, e direcionadas. Alguns requisitos, como se pôde ver são excessivos e infundados.

Em última instância, solicitamos que a vida útil do LED seja de no mínimo 65.000 horas, buscando assim um maior número de empresas para apresentação de propostas, com o fim de que, o município alcance vantagem na contratação e obtenha produto de inteira qualidade. É o que se espera

V - PRAZO DE ENTREGA

Vejamos, o Edital mais precisamente o item 5.1.2 do Anexo I – Termo de Referência, solicita um prazo totalmente incompatível com a razoabilidade de se atender em determinado prazo, desde que seja a licitante interessada lotada no município e/ou mesma federação.

Entendemos que o citado 02 (dois) dias, exigidos para que se faça a entrega, limita a condição de participação em ampla concorrência, uma vez que em prazo curto inviabilizará o atendimento de forma satisfatória, e mesmo que faculte a postergação do prazo, ainda há de se depender de onde a arrematante está fixada sua sede, nosso caso é Itatiba/SP.

Conforme o acima exposto, esta Administração exige que o objeto seja entregue no prazo de 02 (dois) dias úteis, entretanto o período indicado é insuficiente para realizar a entrega do equipamento, pois o objeto mencionado no termo de referência exige grande quantidade, ou seja, não podemos deixar de mencionar o período de transporte que varia de acordo com o local de sede da empresa licitante, a DEMAPE está localizada em Itatiba/SP ou seja aproximadamente 848 km de distância de UBIRATÃ – PR.

O prazo adequado que compreenderia a participação de diversas empresas é de 30 (trinta) dias, abrangendo diversas regiões, não apenas empresas próximas do local de entrega, o que caracteriza tratamento dispare entre as empresas e limita a competição, reduzindo significativamente a probabilidade de adquirir uma proposta e custo equânime ao ofertado pelo mercado e se limitando a fornecedores de localidades próximas e do próprio Estado, reduzindo significativamente a probabilidade de adquirir uma proposta e custo equânime ao ofertado pelo mercado. Assim o prazo indicado por este ilustríssimo Órgão, deve ser dilatado para no mínimo 30 (Trinta) dias para questões logísticas, como transporte do equipamento, produção etc., pois a DEMAPE fala com competência de mercado, uma vez que a mesma é não só fornecedora como também fabricante dos produtos a que se dispõe ofertar em pregão (reatores, lâmpadas e luminárias), e caso esta demanda não seja atendida solicitamos que este ilustríssimo pregoeiro tenha opções como solicitações de prorrogação do prazo de entrega,

regulamentado pela Lei de Licitações 8.666/1993, em seu Art. 78, Inciso IV, que eximem empresas fornecedoras de penalidades com justificativas.

VI – DA FALTA DE EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA ATESTADO E (+) DE PARÂMETROS OBJETIVOS PARA COMPROVAÇÃO

Em que pese constar no edital uma cláusula denominada “14.11.8. Qualificação Técnica:”, a mesma não exige qualificação técnica para a presente licitação.

Inicialmente, cabe esclarecer que a Administração Pública, em suas contratações, está adstrita aos ditames legais que a regem. E nesta base de pensamento temos que a licitação é o meio administrativo pelo qual o poder público **adquire os bens**, obras e serviços indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações. Em linguagem bem simples: licitação é a forma do governo fazer suas compras para garantir o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade.

Em razão de seu gigantismo, o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, é o maior comprador de bens, serviços e obras do país. É necessário rigoroso atendimento à legislação para que esse grande volume de recursos seja aplicado com eficiência e economicidade.

É o imperativo do Art. 3º da Lei de Licitações e Contratos – “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (...)”

Com isto, temos que o processo licitatório tem como objetivo escolher, dentre os vários concorrentes de cada setor, a proposta mais vantajosa para o poder público no que se refere aos aspectos de preço e qualidade. Assim, é imprescindível a promoção de real competição entre as empresas licitantes, a fim de que a compra obtenha as condições mais vantajosas para a sociedade.

Assim, cada participante deve comprovar o cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital de licitação. E ao poder público, cabe a escolha da melhor proposta, a fiscalização dos bens e serviços entregues pelo vencedor e sua correta utilização em favor da população.

E para garantir a escolha da proposta mais vantajosa, não basta simplesmente o menor preço. Cientes de que rotineiramente empresas aventureiras aviltam os preços nos processos licitatórios (pregões eletrônicos) destinados à aquisição de **Luminárias de LED**, afastando, por consequência, empresas sérias do certame, somado ao fato de que essas mesmas empresas aventureiras, posteriormente à assinatura dos contratos, não têm condições de cumpri-los, gerando os mais diversos transtornos e prejuízos ao Poder Público, concluiu-se que os órgãos públicos não podem ser silentes, sob pena de serem acusados de omissão e, eventualmente, por contratarem mal, virem a ser condenados por má gestão do erário.

Para garantir que “empresas aventureiras” não minem o processo competitivo, cabe à Administração requerer destas uma real comprovação de capacidade técnica e financeira, com base no que dispõe a legislação, em especial ao inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Neste sentido, o estatuto de licitações prevê expressamente que, com a finalidade de se comprovar a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, deve ser exigido das licitantes o Atestado de Capacidade Técnica, pois é documento idôneos para demonstrar de fato se a licitante tem expertise para executar o contrato. Esta comprovação é obrigatória e está prescrita no artigo 27 da Lei 8.666/93, ex vi:

Esta comprovação é obrigatória e está prescrita no artigo 27 da Lei 8.666/93, ex vi:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - regularidade fiscal e trabalhista;
- V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Vemos desta forma que o legislador buscou assegurar à Administração ferramentas para selecionar empresas que não são aventureiras, que estão consolidadas no mercado, estando aptas a fornecer bens/produtos para a Administração, e com capacidade para executar sem dificuldades seus encargos no momento da contratação. Tendo como benefício a redução de índices de contratações mal sucedidas, pois quanto mais a contratada estiver consolidada no mercado, com capacidade operacional

adequada para desempenhar seus encargos, maiores serão as chances de ela cumprir o contrato ao longo do tempo, sem solavancos ou términos inesperados que possam colocar em risco a própria continuidade dos serviços públicos ofertados pela Administração.

É notório que, ao deixar de estabelecer exigências mínimas capacidade técnica e estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação anterior da futura contratada, a Administração se expõe à má contratação, arriscando todo o seu objetivo que é o bem-estar da população.

Temos as seguintes indagações:

Qual a garantia da Administração de que contratará empresa com "expertise" na execução do contrato?

Quem fica em situação de risco pela não apresentação dos atestados de capacidade técnica?

Quem é o favorecido pela comprovação de capacidade técnica?

A Administração não se resguarda com nenhuma garantia de que a empresa tem uma mínima experiência em fornecimento de Luminárias Públicas, pois poderá ser uma aventureira no mercado buscando se capitalizar com a intermediação de recursos públicos. Será que a Administração se arriscará em contratar uma empresa que pode se tornar inadimplente no curso da execução, colocando a população em risco de não ter iluminação pública.

Por fim, todos se favorecem com o cuidado da Administração em exigir a comprovação de capacidade técnica, pois a futura contratada demonstrará que está consolidada no mercado e apta a cumprir suas obrigações.

Não prever que a licitante vencedora da fase de disputa comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, como estabelecido no art. 30, inc. II da Lei 8666/93, é flertar com a possibilidade de contratar empresa não capaz de cumprir o contrato, é forçoso reconhecer que o gestor público deve se cercar de cautelas que garantam a prestação adequada e contínua dos serviços terceirizados, sob pena de ver zerados os ganhos de eficiência pretendidos.

Não somente é obrigatório exigir atestado (declaração de que a licitante já executou contrato de objeto semelhante), mas, em atenção os princípios da razoabilidade e da isonomia, esses, por sua vez não podem ser genéricos, imprecisos e omissos nos parâmetros objetivos para análise da comprovação aptos a demonstrar a habilitação técnica no fornecimento de Luminárias de Led.

E isto vemos de forma taxativa na posição do TCU, publicada em seu Boletim de Jurisprudência nº 261 de 06/05/2019:

*Acórdão 914/2019 Plenário (Representação, Relator Ministra Ana Arraes)
Licitação. Qualificação técnica. Atestado de capacidade técnica. Quantidade.
Prazo. Referência.*

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

É conclusivo o entendimento que é **DEVER** exigir Atestados de Capacidade Técnica e **OBRIGATÓRIO** estabelecimento de parâmetros objetivos em **CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS** para sua análise, sob pena de ferir o art. 3º da Lei 8.666/93 que em seu cerne de buscar "a seleção da proposta mais vantajosa para a administração"!

PEDIDOS

Diante do exposto, e consoante os argumentos aduzidos requeremos que seja alterado o Edital nos seguintes pontos:

- 1- Seja julgada tempestiva a presente impugnação;
- 2- se ALTERE a vida útil do LED dos itens 01 E 02 de 70.000 horas para: i) 50.000 horas, ou ii) à partir de 50.000 horas, ou então para iii) 65.000 horas.
- 3- Seja ampliado o prazo de entrega para 30 dias;
- 4- Adequar as exigências de Habilitação – Qualificação Técnica, incluindo obrigatoriedade de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, propriamente dito, bem como estabelecer critérios objetivos nos atestados de capacidade técnica tais como: "compatíveis em CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS com o objeto da licitação"
- 5- Seja suspenso, retificado e reaberto o Edital com as correções apontadas;
- 6- Seja procedente no mérito, totalmente, a presente impugnação.

Isto posto, peço e espero deferimento

Itatiba, 19 de abril de 2022


D.M.P. Equipamentos Ltda
Julio Cesar Miranda – Procurador
RG: 45.304.656-3
CPF 348.369.598-29

38 874 848 / 0001 - 12
D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA
I.E. 382.139.951-119
Rua João Bizzo 10 - Galpão 3º e 2º
Pq. Empresarial - CEP 13257-595
ITATIBA - SP

RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO PROCESSO Nº 5608/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2022

1. Razões da impugnação ao edital.

Diante do exposto, e consoante os argumentos aduzidos requeremos que seja alterado o Edital nos seguintes pontos:

- 1- Seja julgada tempestiva a presente impugnação;
- 2- se ALTERE a vida útil do LED dos itens 01 E 02 de 70.000 horas para: i) 50.000 horas, ou ii) à partir de 50.000 horas, ou então para iii) 65.000 horas.
- 3- Seja ampliado o prazo de entrega para 30 dias;
- 4- Adequar as exigências de Habilitação – Qualificação Técnica, incluindo obrigatoriedade de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, propriamente dito, bem como estabelecer critérios objetivos nos atestados de capacidade técnica tais como: “compatíveis em CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS com o objeto da licitação”
- 5- Seja suspenso, retificado e reaberto o Edital com as correções apontadas;
- 6- Seja procedente no mérito, totalmente, a presente impugnação.

Isto posto, peço e espero deferimento

2. Análise da Pregoeira e do setor técnico

A administração pública deve seguir os princípios da constitucionalidade, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Entre uma série de outros que marcam o regime jurídico administrativo. Cumprir frisar que a administração pode rever os próprios atos, e quando eivados de vícios sanáveis, corrigir, para que o processo se torne legal.

A pregoeira solicitou ao auxílio técnico e ao departamento emissor do termo de referência, ao qual informou:

Conforme portaria do INMETRO mais especificamente na linha B.6.3.2 onde observa-se; B.6.3.2 A conformidade deste item é verificada se a temperatura medida de (tc) for menor ou igual ao valor de temperatura garantida e especificada pelo fabricante do controlador de LED que garanta uma expectativa de vida mínima de 50 000 h.

Na portaria diz que a vida mínima da led de 50 000 h, Conforme consta no edital está pedindo 70 000 h dessa forma não está em desacordo com a portaria pois consta que a vida mínima da led seja de 50 000 h e não a máxima, tendo em vista que existe várias empresas no mercado fornecendo esse produto o município não estará restringindo a competição.

Referente ao prazo conforme consta em edital 02 dias úteis para entrega.

Referente as exigências de habilitação, por se tratar do fornecimento da led e não da instalação da mesma, será necessário seguir somente o item 5.6. conforme abaixo;

bela, amada e gentil

5.6. Para os itens 01 e 02 a empresa contratada deverá apresentar no momento da entrega do produto, juntamente com a nota fiscal:

- a) Atestado emitido pelo fabricante das luminárias de que possuem cinco anos ou mais de garantia contra defeito de fabricação e com Certificações conforme Portaria 20 do INMETRO.
- b) Catálogo técnico referente a luminárias, comprovando as especificações técnicas.
- c) Apresentar todos os ensaios relacionados à portaria 20 do INMETRO.

5.6.1. As luminárias que já obtiverem o certificado do INMETRO conforme a Portaria 20, fica dispensado da apresentação dos documentos acima relacionados, mediante a apresentação do certificado de selo INMETRO em plena validade na data de abertura do certame.

Dessa forma segue a resposta a impugnação baseada em análise feita pela pregoeira conforme resposta da área técnica.

Ubiratã, PR 20 de Abril de 2022



Daniele da Costa Bartz Zem
Pregoeira